

RESOLUÇÃO Nº 03/2005
(Publicada no Diário Oficial de 18/03/2005)

Alterada pela Resolução nº 03/06.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à FIAÇÃO, TECELAGEM E CONFECÇÕES OESTE BAHIA LTDA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria FIAÇÃO, TECELAGEM E CONFECÇÕES OESTE BAHIA LTDA., CNPJ nº 06.697.299/0001-61, a se instalar neste Estado, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela FIAÇÃO, TECELAGEM E CONFECÇÕES OESTE BAHIA LTDA., nas operações de saídas de fios de algodão e luvas, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contados a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 03/06, de 24/01/06, DOE de 25/01/06, efeitos a partir de 25/01/06.

Redação original, efeitos até 24/01/06:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela FIAÇÃO, TECELAGEM E CONFECÇÕES OESTE BAHIA LTDA., nas operações de saídas de fios de algodão, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 16 de março de 2005.

JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO
Presidente